Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD

Departamento de Gestão Pública - DEGEP

GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL: Um estudo do Balanço Patrimonial da União de 2015 a 2024

IGOR DIAS DA SILVA

Ouro Preto

2025

IGOR DIAS DA SILVA

GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL: Um estudo do Balanço Patrimonial da União de 2015 a 2024

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração Pública da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profª Drª Mirian Assumpção e Lima".

Ouro Preto

2025

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
CENTRO DE EDUCACAO ABERTA E A DISTANCIA - CEAD
DEPARTAMENTO DE GESTAO PUBLICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Igor Dias da Silva

Gestão da dívida pública no Brasil: um estudo do balanço patrimonial da União de 2015 a 2024

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública, modalidade a distância, da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública

Aprovada em 07 de julho de 2025

Membros da banca

Profa. Dra. Mirian Assumpção e Lima - Orientadora - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Getúlio Alves de Souza Matos - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Luciano Batista de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Mirian Assumpção e Lima, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/07/25

Documento assinado eletronicamente por **Mirian Assumpcao e Lima**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/07/2025, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0943712** e o código CRC **82FA1F2C**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: - www.ufop.br

RESUMO

A economia brasileira tem enfrentado desafios significativos ao longo dos anos com ciclos de crescimento e retração que refletem a complexidade do cenário econômico nacional. Neste contexto, a gestão da dívida pública emerge como um tema crucial para garantir a saúde financeira do Estado e a confiança dos contribuintes e dos investidores. Este artigo analisou a evolução patrimonial da União ao longo dos últimos dez anos, a partir dos balanços patrimoniais com foco na gestão da dívida pública e na sustentabilidade financeira do governo. A análise permitiu observar que a União está enfrentando desafios financeiros relevantes. É fundamental que a gestão governamental desenvolva estratégias para melhorar sua saúde financeira e garantir a sustentabilidade financeira do país, uma vez que transparência e a responsabilidade governamental são fundamentais para a gestão financeira da coisa pública.

Palavras-chave: dívida pública; confiança; sustentabilidade.

ABSTRACT

The Brazilian economy has faced significant challenges over the years, with cycles of growth and retraction that reflect the complexity of the national economic scenario. In this context, public debt management emerges as a crucial issue to ensure the financial health of the State and the confidence of taxpayers and investors. This article analyzed the evolution of the Union's assets over the last ten years, based on balance sheets with a focus on public debt management and the government's financial sustainability. The analysis revealed that the Union is facing significant financial challenges. It is essential that government management develops strategies to improve its financial health and ensure the country's financial sustainability, as transparency and governmental responsibility are fundamental for the financial management of public affairs.

Keywords: public debt; confidence; sustainability.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO 1
2 – REVISÃO DE LITERATURA 2
2.1-Percepções sobre a gestão da dívida pública 2
2.2 - O papel das demonstrações contábeis na gestão da dívida pública: uma ênfase no Balanço Patrimonial 3
3 - METODOLOGIA DE PESQUISA 4
3.1- Tipo de Pesquisa 5
3.2-- Coleta de Dados 5
3.3- Análise dos Dados 5
3.4- Instrumentos de Análise 5
3.5-Procedimentos Metodológicos 5
4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE DOS DADOS 6
4.1 - Análise das Contas do Balanço Patrimonial da União 6
4.1.2. A Composição do Ativo e Passivo 6
4.3. Dos gastos governamentais por tipo de conta patrimonial 7
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 12
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 13

1 – INTRODUÇÃO

No Brasil, a gestão da dívida pública não é apenas um desafio contábil, mas uma questão que molda o futuro de milhões de cidadãos. Entre 2015 e 2024, o passivo total da União aumentou de R$5,78 trilhões para R$13,97 trilhões, um aumento de 142% que potencializa a existência de cenários que possam desestabilizar as políticas monetárias, fiscais e cambiais do país.

Nesta situação observa-se o seguinte questionamento: Como o Brasil pode equilibrar crescimento econômico e responsabilidade fiscal em um ambiente tão complexo? Este estudo analisa o balanço patrimonial da União para identificar possíveis respostas a esta questão, ao avaliar a dinâmica da dívida pública e seus impactos na sustentabilidade financeira do país, na qual a evolução das contas patrimoniais e a transparência demonstram-se como relevantes no estudo.

A economia brasileira tem enfrentado ciclos de crescimento e retração, agravados por fatores como a crise econômica global de 2008, a recessão de 2015-2016 e a pandemia da COVID-19. Nesse contexto, a gestão da dívida pública emerge como um tema crucial, não apenas para garantir a saúde financeira do Estado, mas também para manter a confiança dos contribuintes e dos investidores.

O balanço patrimonial da União é uma ferramenta essencial para compreender como as decisões fiscais influenciam o endividamento, uma vez que indicadores tradicionais, como a relação dívida/PIB, muitas vezes simplificam a complexidade da política fiscal em um mundo financeirizado (Arantes e Biasoto Jr. 2017), uma vez que a gestão fiscal está intrinsecamente ligada a conflitos distributivos que afetam a sociedade (Dweck e Teixeira, 2017). Nesta direção, este estudo combina análises quantitativas e qualitativas dos balanços patrimoniais de 2015 a 2024, obtidos da Controladoria Geral da União, para identificar as causas do crescimento da dívida e avaliar estratégias para sua gestão.

A justificativa do estudo fundamenta-se na análise das demonstrações contábeis, com destaque para o Balanço Patrimonial, devido à sua relevância como ferramenta essencial para embasar decisões estratégicas. No contexto brasileiro, a busca por um equilíbrio entre crescimento econômico e responsabilidade fiscal exige uma gestão eficiente da dívida pública. Assim, este trabalho propõe contribuições para auxiliar na análise dos gastos públicos por gestores, ao fornecer percepções para uma administração financeira mais transparente e eficaz, alinhada às demandas de controle e planejamento orçamentário.

A metodologia utilizada neste trabalho foi ajustada para estudar a gestão da dívida pública entre os anos de 2015 e 2024, de modo a embasar o estudo em autores confiáveis para confiáveis (Gil, 2002).002). Em caráter secundário, serão coletados dados secundários sobre a dívida pública brasileira, usando fontes oficiais.

Esses dados serão analisados de duas formas: com estatística descritiva para encontrar tendências e relações, e de maneira qualitativa, para captar o contexto econômico e político por trás da dívida. Também serão analisados os balanços patrimoniais de 2015 a 2024 em detalhes, aplicando análises horizontal e vertical (Padoveze, 2015), para identificar mudanças na gestão da dívida ao longo do tempo e mostrar como o balanço patrimonial ajuda na transparência e na responsabilidade do governo.

Fatores internos, como a rigidez orçamentária e a complexidade do sistema tributário, e externos, como a volatilidade dos mercados financeiros globais, têm desafiado o controle da dívida pública. Durante o período analisado, o Estado Brasileiro adocou medidas como a Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos), a reforma da previdência e esforços para aumentar a eficiência tributária. Inspirado pela necessidade de transparência e responsabilidade, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a sustentabilidade financeira do Brasil, ao oferecer percepções para gestores públicos e cidadãos que desejam um país mais justo e equilibrado.

O estudo é apresentado em seis seções a partir desta Introdução. Na sequência têm-se a discussão da revisão de literatura, metodologia, resultados e discussão, considerações finais e por último, mas não menos importante, as referências.

2 – REVISÃO DE LITERATURA

A presente seção aborda a contextualização teórica dos autores elencados para embasar o plano de fundo para o desenvolvimento do presente estudo, na qual o material está subdividido em dois tópicos específicos.

2.1-Percepções sobre a gestão da dívida pública

A gestão da dívida pública é um tema complexo e multifacetado que envolve aspectos macroeconômicos, jurídicos e fiscais. O endividamento público diz respeito às obrigações financeiras assumidas pelo Estado por meio de operações de crédito, como empréstimos, com a promessa de pagamento futuro do principal acrescido de juros (Ferreira, 2019).

Todavia, a gestão da dívida pública não é uma tarefa fácil, o que pode ser observado em municípios de maior porte populacional, como destacam Santana, Faroni, Santos et al. (2019).

Para os autores, esses municípios tendem a contrair novos endividamentos com maior frequência, o que pode resultar em uma gestão financeira mais desafiadora. Isso mostra que a gestão da dívida pública é um desafio que pode variar dependendo do contexto e das características específicas de cada ente federado.

A crise financeira de 2007-2008 reacendeu o interesse pelo tema do endividamento público, trazendo novos desafios para as políticas econômicas. Inicialmente, a crise gerou uma significativa migração de capitais das economias centrais para as periféricas, impulsionada por fatores como juros baixos, perspectivas de crescimento reduzidas e temores de aumento da dívida nos países mais afetados (Da Cunha e Garcia, 2012). Após o impacto inicial, houve uma mudança no regime econômico brasileiro, com o abandono progressivo do tripé macroeconômico estabelecido pelo Plano Real (De Mendonça, Cardoso et al., 2016).

Essa mudança pode ter sido um dos fatores determinantes para o aumento exponencial da dívida pública brasileira. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um exemplo de como o governo brasileiro tem buscado estabelecer regras e procedimentos para conter o endividamento público. Hamada, Moreira et al. (2019) destacam que a LRF estabelece penalidades para os órgãos públicos que não cumprem com as normas, o que pode incluir a suspensão de repasses de verbas federais e estaduais, além da proibição de celebrar novos convênios.

A gestão responsável da dívida pública é essencial para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e o desenvolvimento econômico equilibrado. As experiências internacionais e as particularidades do contexto brasileiro oferecem valiosas lições sobre os riscos e os desafios associados ao endividamento. Nesse sentido, é fundamental que os governos adotem políticas fiscais e monetárias eficazes para controlar a dívida e garantir a estabilidade macroeconômica.

2.2 - O papel das demonstrações contábeis na gestão da dívida pública: uma ênfase no Balanço Patrimonial

O papel das demonstrações contábeis na gestão da dívida pública é fundamental para garantir a transparência e a *accountability* governamental. Segundo Giacomoni (2017, p. 23), o orçamento público é um instrumento importante para a gestão financeira do governo, permitindo que os cidadãos e os investidores avaliem a saúde financeira do governo.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis desempenham um papel crucial na gestão da dívida pública, fornecendo informações precisas e atualizadas sobre a situação financeira do governo.

A aplicabilidade e a importância do balanço patrimonial para a gestão da dívida pública na administração pública são fundamentais para garantir a transparência e a accountability governamental. O balanço patrimonial é um instrumento contábil que fornece informações precisas sobre a situação financeira do governo, permitindo que os gestores públicos monitorem a evolução da dívida pública e identifiquem oportunidades para melhorar a gestão financeira do governo (Giacomoni, 2017).

Nesse sentido, o balanço patrimonial é uma ferramenta essencial para os gestores públicos, pois fornece informações detalhadas sobre os ativos e passivos do governo, permitindo que eles tomem decisões informadas sobre a gestão da dívida pública.

A importância do balanço patrimonial para a gestão da dívida pública também é destacada por Kohama (2019), que afirma que o balanço patrimonial é um instrumento fundamental para a gestão financeira do governo, permitindo que os gestores públicos monitorem a evolução da dívida pública e identifiquem oportunidades para melhorar a gestão financeira do governo.

3 - METODOLOGIA DE PESQUISA

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, será utilizada uma abordagem metodológica que combina elementos quantitativos e qualitativos. A escolha por essa abordagem se justifica pela complexidade do tema da dívida pública e pela necessidade de compreender tanto os aspectos numéricos quanto os contextuais que influenciam a gestão da dívida pública no Brasil.

3.1- Tipo de Pesquisa

A pesquisa possui natureza descritiva (Gil, 2002), já que busca descrever as características da dívida pública brasileira e sua evolução ao longo do tempo, utilizando dados contábeis e financeiros disponíveis. Explicativa (Gil, 2002) porque pretende identificar os fatores determinantes do aumento da dívida pública e avaliar como as contas patrimoniais podem ajudar a gerenciar essa dívida.

3.2-- Coleta de Dados

Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza bibliográfica (Gil, 2002), obtidos a partir de fontes oficiais, destacada a Controladoria Geral da União, com a utilização de relatórios de prestação de contas patrimoniais dos anos de 2015 a 2024, com ênfase nos balanços patrimoniais de cada ano.

3.3- Análise dos Dados

A análise dos dados foi realizada utilizando técnicas quantitativas e qualitativas (Gil, 2002).

3.3.1 - Análise Quantitativa

A análise quantitativa foi realizada por meio do procedimento de análise horizontal (Padoveze, 2010) e vertical (Padoveze, 2010) do balanço patrimonial.

- **Análise Horizontal**: Foi realizada uma análise horizontal dos balanços patrimoniais dos anos de 2015 a 2024, com o objetivo de identificar tendências e mudanças na gestão da dívida pública ao longo do tempo.
- **Análise Vertical**: Foi realizada uma análise vertical dos balanços patrimoniais, com o objetivo de avaliar a estrutura financeira do Estado e identificar a proporção de cada componente do ativo e passivo em relação ao total.

3.3.2 - Análise Qualitativa

A análise qualitativa foi realizada utilizando a técnica de análise de conteúdo do material base para o estudo.

Análise de Conteúdo: Foi realizada uma análise de conteúdo (Gil, 2002) com o objetivo de identificar informações relevantes sobre a gestão da dívida pública e os fatores que influenciam sua evolução.

3.4- Instrumentos de Análise

O balanço patrimonial é um dos principais instrumentos utilizados para entender a evolução da dívida pública e sua relação com a política fiscal. Foram analisados os balanços patrimoniais dos anos de 2015 a 2024, com o objetivo de identificar tendências e mudanças na gestão da dívida pública ao longo do tempo.

3.5-Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos incluem:

- Revisão da literatura sobre a gestão da dívida pública e o papel das demonstrações contábeis.
- Coleta e análise de dados secundários sobre a dívida pública brasileira.
- Análise estatística dos dados para identificar tendências.
- Análise qualitativa dos dados para compreender o contexto em que a dívida pública brasileira se insere.
- Análise detalhada dos balanços patrimoniais dos anos de 2015 a 2024, identificando tendências e mudanças na gestão da dívida pública ao longo do tempo.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE DOS DADOS

A presente seção dispõe sobre o processo de análise de dados.

4.1 - Análise das Contas do Balanço Patrimonial da União

Por trás dos números do balanço patrimonial da União, há uma história de um Brasil que enfrenta crises, faz escolhas políticas e busca equilíbrio entre crescimento e sustentabilidade financeira. A análise horizontal (Padoveze, 2010) dos demonstrativos de 2015 a 2024 revela um crescimento expressivo: o ativo total no balanço patrimonial que corresponde como a soma de todos os bens e direitos que uma empresa possui e controla, representando as aplicações dos recursos financeiros e econômicos da entidade (Padoveze, 2010) passou de R$4,36 trilhões em 2015 para R$8,06 trilhões em 2024, um aumento de 85% condicionado a valores nominais. Já o passivo total no balanço patrimonial que é definido como a soma de todas as obrigações e dívidas que a empresa possui perante terceiros, representando as fontes de recursos financeiros e econômicos utilizados pela entidade (Padoveze, 2010) cresceu ainda mais, saltando de R$5,78 trilhões para R$13,97 trilhões, um incremento de 142%. Esses valores refletem não apenas desafios econômicos, como a recessão de 2015-2016 e a pandemia de 2020, mas também decisões fiscais que moldam o futuro do país.

A análise vertical expõe o seguinte cenário: em 2024, o passivo não circulante, que corresponde às obrigações e dívidas da entidade com vencimento em prazo superior a um ano, ou seja, exigíveis no longo prazo (Padoveze, 2010), composto majoritariamente por dívidas de longo prazo, representa 82% do passivo total.

Diante disso, observa-se que a situação líquida negativa ocorre quando o valor total dos passivos de uma entidade supera o valor de seus ativos totais (Padoveze, 2010), que de -R$1,42 trilhão em 2015 para -R$5,91 trilhões em 2024, um aumento de 315%. Esse déficit sinaliza que os passivos superam os ativos, evidenciando uma vulnerabilidade financeira que ameaça investimentos em áreas cruciais como saúde, educação e infraestrutura.

Conforme Dweck e Teixeira (2017), o aumento da dívida pública nesse período não resulta apenas de gastos excessivos, mas também de fatores como a queda do PIB real, juros elevados e operações financeiras, como *swaps* cambiais, que ampliaram o custo do endividamento.

A análise horizontal (Padovezze, 2010) das contas patrimoniais mostra um crescimento do ativo total e passivo total ao longo dos anos. No entanto, é importante notar que esse crescimento não é uniforme e apresenta variações significativas. Por exemplo, o ativo circulante teve um aumento significativo entre 2015 e 2016, mas apresentou uma queda acentuada em 2017, a partir do percentual base de 100% (cem por cento), conforme tabela 1:

Ano	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
2015	100%	100%
2016	119%	108%
2017	79%	110%
2018	122%	104%
2019	110%	105%
2020	101%	102%
2021	121%	106%
2022	101%	110%
2023	93%	117%
2024	105%	111%

Tabela 1: Evolução e redução do Ativo Circulante e Não Circulante em percentuais . (Elaborada pelo autor).

4.1.2. A Composição do Ativo e Passivo

A análise vertical das contas patrimoniais revela que o ativo não circulante, que é definido como o conjunto de bens e direitos da entidade destinados a permanecer na entidade por um período superior a um ano ou que não se destina à conversão imediata em dinheiro. (Padoveze, 2010) representa a maior parte do ativo total, variando entre 67% e 74% ao longo dos anos. Já o passivo não circulante é o principal componente do passivo total, representando mais de 100% do patrimônio líquido em todos os anos, conforme tabela 2, abaixo:

Ano	AC	ANC	PC	PNC	PL
2015	31%	69%	24%	109%	-33%
2016	33%	67%	23%	120%	-43%
2017	27%	73%	23%	127%	-50%
2018	30%	70%	21%	124%	-46%
2019	31%	74%	24%	129%	-53%
2020	30%	70%	34%	144%	-78%
2021	33%	67%	33%	149%	-82%
2022	31%	69%	33%	147%	-80%
2023	27%	73%	33%	142%	-76%
2024	26%	74%	31%	142%	-73%

Tabela 2 – Elaborada pelo autor.
Legenda: AC: Ativo Circulante, ANC: Ativo Não Circulante, PC: Passivo Circulante, PNC: Passivo Não Circulante, PL: Patrimônio Líquido.

De modo a dispor graficamente a tasbela acima, segue abaixo o gráfico 1:

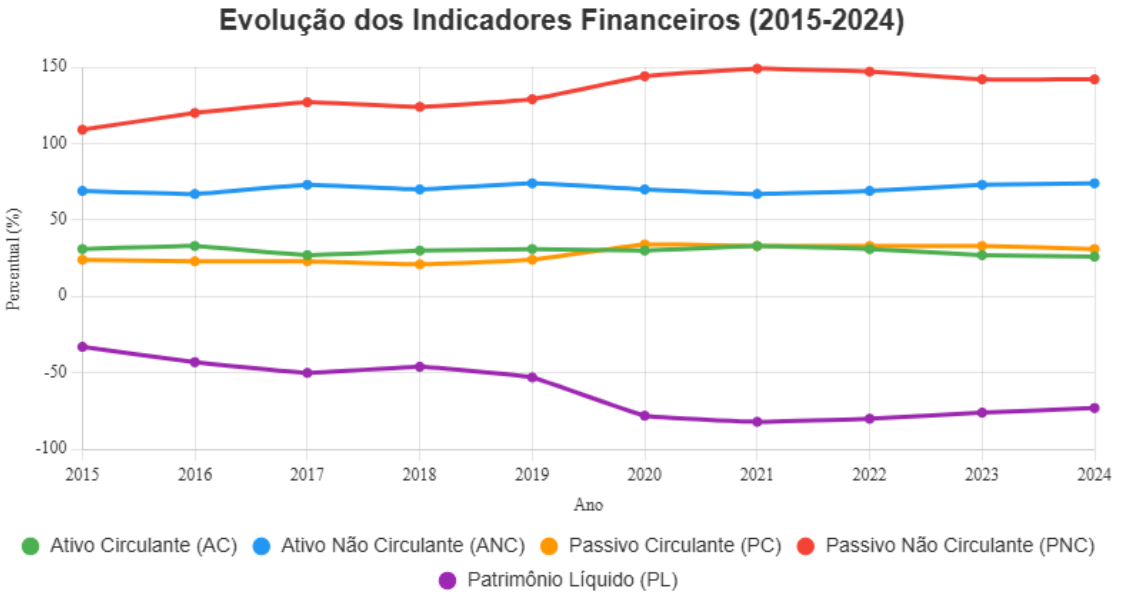

Gráfico 1: Elaborado pelo autor

A análise das contas patrimoniais revela uma tendência de crescimento constante do ativo total e passivo total, mas também apresenta desafios financeiros significativos, incluindo um patrimônio líquido negativo e uma alta dependência de passivo não circulante. É importante que os gestores considerem essas tendências e desenvolvam estratégias para ajustar a evolução das contas patrimôniais de acordo com as diretrizes macroeconômicas estabelecidas. Ademais, é fundamental que os cidadãos estejam cientes dessas tendências e participem ativamente na discussão sobre a gestão financeira do orçamento público.

4.3. Dos gastos governamentais por tipo de conta patrimonial

Os gastos públicos revelam as prioridades de um governo, mas também as pressões de um contexto econômico instável. Entre 2015 e 2024, o ativo não circulante, que inclui investimentos em infraestrutura e projetos de longo prazo, cresceu 101%, passando de R$2,98 trilhões para R$5,99 trilhões. Esse aumento demonstra esforços para impulsionar o desenvolvimento, mas levanta a questão: a que custo? O passivo não circulante, que engloba dívidas de longo prazo, cresceu 142% no mesmo período, indicando que esses investimentos foram financiados, em grande parte, por mais endividamento.

A Tabela 1 ilustra essa dinâmica: o ativo circulante, que representa recursos disponíveis no curto prazo, sofreu variações, como a queda para R$1,28 trilhão em 2017, possivelmente associada à recessão econômica. Já o passivo circulante, que inclui obrigações de curto prazo, aumentou de R$1,04 trilhão em 2015 para R$2,51 trilhões em 2024. Esses números refletem a rigidez orçamentária do Brasil, onde a maior parte das despesas é obrigatória, dificultando a alocação de recursos para novos investimentos sem recorrer a dívidas, uma vez que, conforme apontam Arantes e Biasoto Jr. (2017), a financeirização do capitalismo é entendida como um processo no qual o sistema financeiro ganha predominância sobre as demais esferas da economia, caracterizando-se pela crescente influência dos mercados financeiros, instituições e atores financeiros na dinâmica econômica e social, na qual pressiona o Estado a gerir estoques financeiros, muitas vezes priorizando interesses de mercado em detrimento de políticas sociais. Diate disso, a tabela

Ano	Ativo Circulante (AC)	Ativo Não Circulante (ANC)	Ativo Total (AT)
2015	R$ 1.371.018.413,00	R$ 2.985.633.151,00	R$ 4.356.651.564,00
2016	R$ 1.626.192.915,00	R$ 3.238.083.432,00	R$ 4.864.276.347,00
2017	R$ 1.289.354.826,00	R$ 3.550.211.307,00	R$ 4.839.566.133,00
2018	R$ 1.570.451.000,00	R$ 3.697.692.000,00	R$ 5.268.143.000,00
2019	R$ 1.720.680.000,00	R$ 3.876.705.000,00	R$ 5.597.385.000,00
2020	R$ 1.731.057.000,00	R$ 3.971.040.000,00	R$ 5.702.097.000,00
2021	R$ 2.089.639.000,00	R$ 4.204.413.000,00	R$ 6.294.052.000,00
2022	R$ 2.108.042.000,00	R$ 4.606.476.000,00	R$ 6.714.518.000,00
2023	R$ 1.968.251.000,00	R$ 5.408.940.000,00	R$ 7.377.191.000,00
2024	R$ 2.066.944.000,00	R$ 5.998.384.000,00	R$ 8.065.328.000,00

Tabela 3 – Elaborada pelo autor a partir dos documentos oficiais (Em milhares (R$)).

A tabela apresentada mostra a evolução dos gastos públicos ao longo dos anos, com destaque para o ativo circulante e não circulante. O ativo total apresentou um crescimento constante ao longo dos anos, passando de R$ 4,36 trilhões em 2015 para R$ 8,06 trilhões em 2024. Isso representa um aumento de 85% em nove anos. Esse crescimento pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a expansão da economia, a aumento da demanda por serviços públicos e a necessidade de investimentos em infraestrutura, a título exemplificativo.

A composição do ativo é dividida em ativo circulante e não circulante. O ativo circulante representa os recursos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo, enquanto o ativo não circulante representa os investimentos em longo prazo. A tabela mostra que o ativo não circulante é a maior parte do ativo total, representando cerca de 70% do total em 2024.

O ativo circulante apresentou uma tendência de crescimento ao longo dos anos, mas com algumas variações. Em 2017, houve uma queda significativa no ativo circulante, que pode ser atribuída a uma possível redução nos recursos disponíveis. No entanto, nos anos subsequentes, o ativo circulante voltou a crescer, alcançando R$ 2,06 trilhões em 2024.

O ativo não circulante, por sua vez, apresentou uma tendência de crescimento constante ao longo dos anos, passando de R$ 2,98 trilhões em 2015 para R$ 5,99 trilhões em 2024. Isso representa um aumento de 101% em nove anos.

A evolução dos gastos públicos apresentada na tabela tem implicações importantes para a gestão financeira do Estado, uma vez que o crescimento constante do ativo total e do ativo não circulante sugere que o governo está investindo em longo prazo, o que pode ter benefícios para a economia e a sociedade. No entanto, é importante que o governo mantenha uma gestão financeira prudente e equilibrada, garantindo que os recursos sejam alocados de forma eficiente e eficaz.A composição de contas do passivo também se apresenta latente na disposição das obrigações com terceiros, conforme evidenciado na tabela 4, abaixo:

Ano	Passivo Circulante (PC)	Passivo Não Circulante (PNC)	Passivo Total (PT)
2015	R$ 1.046.070.069,00	R$ 4.735.108.810,00	R$ 5.781.178.879,00
2016	R$ 1.064.836.357,00	R$ 5.629.927.366,00	R$ 6.694.763.723,00
2017	R$ 1.128.866.944,00	R$ 6.136.105.310,00	R$ 7.264.972.254,00
2018	R$ 1.130.269.000,00	R$ 6.553.677.000,00	R$ 7.683.946.000,00
2019	R$ 1.353.180.000,00	R$ 7.226.257.000,00	R$ 8.579.437.000,00
2020	R$ 1.946.608.000,00	R$ 8.200.193.000,00	R$ 10.146.801.000,00
2021	R$ 2.073.317.000,00	R$ 9.387.536.000,00	R$ 11.460.853.000,00
2022	R$ 2.207.430.000,00	R$ 9.859.398.000,00	R$ 12.066.828.000,00
2023	R$ 2.463.186.000,00	R$ 10.499.755.000,00	R$ 12.962.941.000,00
10024	R$ 2.516.540.000,00	R$ 11.458.861.000,00	R$ 13.975.401.000,00

Tabela 4 – Elaborada pelo autor a partir dos documentos oficiais (Em milhares (R$)).

A tabela apresentada demonstra a evolução do passivo ao longo dos anos, com destaque para o passivo circulante e não circulante. O passivo total do governo apresentou um crescimento constante ao longo dos anos, passando de R$ 5,78 trilhões em 2015 para R$ 13,97 trilhões em 2024.

A composição do passivo é dividida em passivo circulante e não circulante, na qual o passivo circulante representa as obrigações que devem ser pagas em curto prazo, enquanto o passivo não circulante representa as obrigações de longo prazo. A tabela mostra que o passivo não circulante é a maior parte do passivo total, representando cerca de 82% do total em 2024.

O passivo circulante, por sua vez, apresentou uma tendência de crescimento ao longo dos anos, passando de R$ 1,04 trilhões em 2015 para R$ 2,51 trilhões em 2024. Isso representa um aumento de 140% em nove anos. Esse crescimento pode ser atribuído à necessidade de financiamento para programas e projetos de curto prazo, a título exemplificativo.

O passivo não circulante apresentou uma tendência de crescimento constante ao longo dos anos, passando de R$ 4,73 trilhões em 2015 para R$ 11,45 trilhões em 2024. Isso representa um aumento de 142% em nove anos. Esse crescimento pode ser atribuído à necessidade de financiamento para projetos de infraestrutura e programas de longo prazo, a título exemplificativo.

A evolução do passivo apresentada na tabela tem implicações importantes para a gestão financeira. O crescimento constante do passivo total e do passivo não circulante sugere que o governo está assumindo cada vez mais obrigações de longo prazo, o que pode ter implicações para a sustentabilidade financeira do governo.

Em relação ao patrimônio líquido, a tabela 5, dispõe:

Ano	Patrimônio Líquido (PL)
2015	R$ -1.424.527.315,00
2016	R$ -2.021.487.419,00
2017	R$ -2.425.406.121,00
2018	R$ -2.415.806.000,00
2019	R$ -2.982.050.000,00
2020	R$ -4.444.703.000,00
2021	R$ -5.166.800.000,00
2022	R$ -5.352.312.000,00
2023	R$ -5.585.751.000,00
2024	R$ -5.910.072.000,00

Tabela 5: Elaborada pelo autor a partir dos documentos oficiais (Em milhares (R$)).

A tabela apresentada mostra a evolução do patrimônio líquido ao longo dos anos, com valores negativos em todos os anos. O patrimônio líquido é um indicador importante da saúde financeira de uma entidade, representando a diferença entre os ativos e os passivos. Neste sentido, a tabela mostra que o patrimônio líquido negativo cresceu ao longo dos anos, passando de -R$ 1,42 trilhão em 2015 para -R$ 5,91 trilhões em 2024. Isso representa um aumento de 315% em nove anos.

O patrimônio líquido negativo é um indicador de que o Estado potencialmente enfrenta desafios financeiros significativos, o que pode afetar a capacidade de investimento em programas e projetos importantes, além de aumentar a vulnerabilidade a choques econômicos, por exemplo.

A situação do patrimônio líquido negativo apresenta desafios significativos para a gestão financeira estatal. No entanto, também oferece oportunidades para que o governo reavalie suas prioridades e desenvolva estratégias para melhorar sua saúde financeira, o que, pode corroborar em medidas futuras de ajuste fiscal para a devida adequação das contas públicas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão da dívida pública no Brasil transcende os números; é uma questão que define o futuro econômico e social da nação. Este estudo revelou que, entre 2015 e 2024, o passivo total da União cresceu de R$5,78 trilhões para R$13,97 trilhões, um aumento de 142%, enquanto o ativo total avançou 85%, alcançando R$8,06 trilhões. Mais preocupante, o patrimônio líquido negativo se aprofundou de -R$1,42 trilhão para -R$5,91 trilhões, um salto de 315%. Esses resultados refletem um país que enfrentou crises como a recessão de 2015- 2016 e a pandemia de 2020, além de desafios estruturais, como a rigidez orçamentária, que limitam a capacidade de financiar políticas públicas sem recorrer a mais endividamento.

Inspirado por análises como a de Dweck e Teixeira (2017), que conectam a política fiscal a conflitos distributivos, este trabalho reforça a necessidade de uma gestão da dívida pública mais transparente e estratégica. A Lei de Responsabilidade Fiscal e reformas como a da previdência representam avanços, mas são insuficientes sem uma abordagem que equilibre responsabilidade fiscal com justiça social, uma vez que reduzir a dívida não pode significar cortes indiscriminados em saúde, educação ou assistência social, pois isso perpetuaria as desigualdades históricas do Brasil.

O aumento dos gastos públicos, especialmente em políticas públicas voltadas para saúde, educação ou infraestrutura, podem justificar déficits temporários, desde que essas iniciativas promovam crescimento econômico sustentável, ampliem a capacidade produtiva ou melhorem o bem-estar social, contribuindo para a recuperação do equilíbrio fiscal no longo prazo.

É importante destacar que esta pesquisa possui limitações, como a utilização de dados secundários e a complexidade do tema da dívida pública. No entanto, espera-se que os resultados obtidos contribuam para o debate sobre a sustentabilidade financeira do Brasil e ofereçam *insights* para os gestores públicos e formuladores de políticas públicas.

Na condição de pesquisador, acredito que a sustentabilidade financeira do Brasil depende de um debate amplo e inclusivo, envolvendo o Poder público, o Mercado e a Sociedade Civil Organizada. A análise do balanço patrimonial, como realizada neste estudo, oferece percepções para que decisões fiscais sejam mais informadas e alinhadas ao desenvolvimento nacional.

Este trabalho permite humildemente indagar à seguinte reflexão: que país queremos construir? Um Brasil refém de suas dívidas ou uma nação que utiliza seus recursos para promover crescimento, equidade e esperança? As escolhas que fazemos hoje determinarão a resposta.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, F.; BIASOTO JR., G. A política fiscal no contexto da financeirização: teoria insuficiente e indicadores inadequados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. esp., p. 1063-1095, dez. 2017. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/revista/RE&S_2017_ArantesBiasoto.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2015. [online]. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do- presidente-da-republica/arquivos/2016/pcpr2015.pdf>:. Acesso em: (22 abril 2025).

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2016. [online]. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do- presidente-da-republica/arquivos/2016/pcpr-2016-informacoes-adicionais.pdf>. Acesso em: (22 abril 2025).

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2017. [online]. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos- administradores/prestacao-de-contas-do- presidente-da-republica/arquivos/2017/pcpr2017.pdf> Acesso em: (22 abril 2025).

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2018. [online]. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do- presidente-da-republica/arquivos/2018/pcpr-2018.pdf/@@download/file/pcpr-2018.pdf>. Acesso em: (22 abril 2025).

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2019. [online]. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo- 2019/Contas-do-Presidente-da-Republica-2019.pdf>. Acesso em: (22 abril 2025).
BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2020. [online]. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de- 2020/pcpr-2020.pdf>. Acesso em: (22 abril 2025).

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2021. [online]. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/noticias/2022/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2021/livro_pcpr_2021.pdf/@@download/file/LIVRO_PCPR_2021.pdf>. Acesso em: (22 abril 2025).

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2022. [online]. Brasília: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/noticias/2023/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de- 2022/pcpr-2022.pdf>. Acesso em: (22 abril 2025).

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2023. [online]. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/noticias/2024/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de- 2023/PCPR2023_Final.pdf>. Acesso em: (22 abril 2025).

BRASIL. Presidência da República. Prestação de Contas do Presidente da República 2024. [online]. Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt- br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do- presidente-da-republica/arquivos/2024/pcpr2024.pdf>. Acesso em: (22 abril 2025).

CASSIMIRO, F. I.; DO NASCIMENTO, R. S.; VIOTTO, R. Avaliação dos determinantes de endividamento público dos Entes Subnacionais Brasileiros. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, 19, n. 1, p. 236-274, 2021.

CUNHA, P. M. D.; GARCIA, M. G. A gerência recente do endividamento público brasileiro.
Brazilian Journal of Political Economy, 32, p. 260-281, 2012.

DA SILVA SANTANA, M.; FARONI, W.; DE ARAÚJO SANTOS, N.; DA CUNHA CASSUCE,F. C.
Endividamento público em municípios do Estado de Minas Gerais: Uma análise de dados em painel.
Revista Universo Contábil, 15, n. 2, p. 24-43, 2019.

DE MENDONÇA, M. J. C.; MOREIRA, T. B. S.; MEDRANO, L. A. T.; DE ALBUQUERQUE,J. R.
Revisitando a sustentabilidade do endividamento público no Brasil. Texto para Discussão. 2016.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 303, nov. 2017. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/TD303.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

FERREIRA, F. G., 2019, **A regra de ouro como limite constitucional ao endividamento público no Brasil**. Blucher Open Access. 607-640.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAMADA, H. H.; MOREIRA, D. J.; MILLA, E. S.; DE OLIVEIRA, S. A. Endividamento público
municipal perante a lei de responsabilidade fiscal: uma análise do município de Belo Horizonte no período 2002 a 2017. **Revista Conhecimento Contábil**, 8, n. 1, 2019.

KOHAMA, H. L. Contabilidade pública: teoria e prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LOCHAGIN, G.; DOMINGUES, J. O. O sistema de integração das normas constitucionais de limitação ao endividamento público. **Revista Justiça do Direito**, 31, n. 3, p. 559-584, 2017.

PADOVEZE, C. L. Anále das Demonstrações Financeiras. 3. ed. Cengage Learning, 2010.